



**AGRAVO DE INSTRUMENTO nº. 0093655-55.2022.8.19.0000**

**Agravante:** -----

**Agravado:** JAIR MESSIAS BOLSONARO

**RELATOR:** DESEMBARGADOR ROGERIO DE OLIVEIRA SOUZA

**ACÓRDÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ELEITORAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CAMPANHA ELEITORAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.**

Agravo de Instrumento interposto contra decisão de declínio de competência da Justiça Estadual para a Justiça Eleitoral. Indenização por danos morais. Ação ajuizada por morador do Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, com fundamento na ocorrência de mácula em sua reputação e honra em razão de ofensas proferidas por um candidato à Presidência da República, na eleição de 2022, que teria associado a sigla CPX, a qual representaria a expressão Complexo de Favelas, a traficantes. Entendimento do magistrado de que a prática de suposto ato ilícito durante propaganda e campanha eleitoral do candidato atrairia a competência da justiça especializada para conhecer e decidir a demanda. O fato de o alegado dano moral ter ocorrido no período eleitoral não altera a competência para o julgamento da ação indenizatória, que se mantém com a Justiça Comum, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e disposição da Resolução nº 23.610/19 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Competência da Justiça Comum para julgar pleitos indenizatórios, ainda que decorrentes de atos praticados no contexto de campanha eleitoral, sem discussão direta sobre o processo eleitoral. Provimento do Agravo de Instrumento para reforma da decisão agravada, determinando o prosseguimento da ação perante a Justiça Comum. **Conhecimento e provimento do recurso.**

**VISTOS, relatados e discutidos estes autos do agravo de instrumento nº 0093655-55.2022.8.19.0000 em que é agravante ----- e agravado JAIR MESSIAS BOLSONARO.**

**ACORDAM os Desembargadores da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, em CONHECER O RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, na forma do voto do Desembargador Relator.**

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2025

**Rogério de Oliveira Souza Desembargador**  
**Relator**





**AGRAVO DE INSTRUMENTO nº. 0093655-55.2022.8.19.0000**

Secretaria da Terceira Câmara de Direito Público  
Rua Dom Manuel, 37, 4º andar – Sala 433 – Lâmina III  
Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20010-090  
Tel.: + 55 21 3133-6006 – E-mail: [03cdirpub@tjrj.jus.br](mailto:03cdirpub@tjrj.jus.br) - Prot. 436

Assinado em 05/02/2025 19:56:30

ROGERIO DE OLIVEIRA SOUZA:13932 Local: GAB. DES ROGERIO DE OLIVEIRA SOUZA

Trata-se de agravo de instrumento interposto por -----  
----- contra decisão proferida pelo Juízo da 5ª Vara Cível da Regional da Leopoldina, que declinou da competência e determinou a remessa dos autos à Justiça Eleitoral. A demanda originária consiste em uma ação de indenização por danos morais movida em face de Jair Messias Bolsonaro, decorrente de alegadas declarações ofensivas associando a sigla “CPX” (Complexo de Favelas) a traficantes, fato que, segundo o agravante, teria atingido sua honra e reputação.

O agravante sustenta que a competência para processar e julgar o caso deve permanecer com a Justiça Comum, uma vez que a pretensão indenizatória não se confunde com as competências atribuídas à Justiça Eleitoral, ainda que os atos tenham ocorrido durante o período eleitoral.

Foi deferido o efeito suspensivo ao presente agravo, obstando o declínio da competência para a Justiça Eleitoral até o julgamento final do recurso (000025).

O agravado deixou de apresentar contrarrazões, aguardando a definição sobre o juízo competente para oferecer defesa posteriormente (000057).

Redistribuídos os autos por declaração de suspeição da Relatora (000068).

O Ministério Público manifestou-se no sentido de que não cabe sua intervenção no presente feito, uma vez que a demanda trata de questões patrimoniais disponíveis, não havendo interesse público relevante (000072).

O recurso deve ser conhecido, pois presentes os pressupostos de admissibilidade.

Secretaria da Terceira Câmara de Direito Público  
Rua Dom Manuel, 37, 4º andar – Sala 433 – Lâmina III  
Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20010-090  
Tel.: + 55 21 3133-6006 – E-mail: [03cdirpub@tjrj.jus.br](mailto:03cdirpub@tjrj.jus.br) - Prot. 436





**AGRAVO DE INSTRUMENTO nº. 0093655-55.2022.8.19.0000**

Cuida-se, na origem, de ação indenizatória ajuizada por morador do Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, com fundamento na ocorrência de mácula em sua reputação e honra em razão de ofensas proferidas por um candidato à Presidência da República, na eleição de 2022, que teria associado a sigla CPX, a qual representaria a expressão “Complexo de Favelas”, a traficantes.

O juiz de 1º Grau declinou de sua competência por entender que o pedido de indenização por danos morais, calcado na prática de suposto ato ilícito durante propaganda e campanha eleitoral do candidato, atrairia a competência da justiça especializada para conhecer e decidir a demanda.

A controvérsia cinge-se à definição do juízo competente para processar e julgar a ação indenizatória proposta pelo agravante.

A jurisprudência do STJ tem acolhido a interpretação de que o Agravo de Instrumento pode ser interposto para discutir decisões interlocutórias que definem competência, ainda que a matéria não esteja expressamente prevista no artigo 1.015 do Código de Processo Civil, aplicando-se a regra da taxatividade mitigada (Tema 988, STJ).

Segundo entendimento do STJ, mesmo que os fatos tenham ocorrido no contexto de uma disputa eleitoral, se o objetivo da ação for a reparação de dano moral, sem haver discussão sobre o processo eleitoral em si, a competência para julgar o caso é do juízo cível comum:

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS - ILÍCITOS SUPOSTAMENTE COMETIDOS DURANTE PROPAGANDA EXIBIDA NO PERÍODO DE CAMPANHA ELEITORAL DAS ELEIÇÕES DE 2012 PARA O CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - DISTINGUISHING - INEXISTÊNCIA DE DEBATE SOBRE PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS AO PROCESSO ELEITORAL EM SI - EXISTÊNCIA DE DISPOSIÇÃO NORMATIVA QUE EXCLUI A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA PARA DEMANDAS REPARATÓRIAS DE DANOS MORAIS - PRECEDENTES DO TSE.**

**1. Na hipótese, apesar do fato lesivo ter se dado no contexto da disputa eleitoral, não há, substancialmente, qualquer debate relativo ao processo eleitoral em si, mas somente a alegada necessidade de**





**AGRAVO DE INSTRUMENTO nº. 0093655-55.2022.8.19.0000**

*reparação civil de dano moral decorrente de situação ocorrida nesse período.*

2. A Resolução n.º 23.370/2011, do Tribunal Superior Eleitoral, a qual especificamente regulou a propaganda eleitoral e as condutas ilícitas nas eleições de 2012, determinou explicitamente que os feitos reparatórios por dano moral, ainda que os fatos originários tivessem sido praticados no período eleitoral, fossem processados perante o juízo cível comum, excetuando, portanto, em tais casos, a competência da justiça especializada.

3. Precedentes do TSE.

4. Conflito conhecido e, no mérito, declarada a competência do Juízo da 2.ª Vara de Bom Despacho/MG, ora suscitante.

(CC n. 129.935/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, julgado em 27/4/2016, DJe de 3/5/2016.)

O artigo 243, §1º, do Código Eleitoral estabelece que a Justiça Eleitoral pode atuar em matéria de calúnia, difamação e injúria apenas no âmbito da esfera penal, sendo a reparação de danos relegada à Justiça Comum.

*Código Eleitoral*

*Art. 243. Não será tolerada propaganda:*

*(...)*

*§ 1º O ofendido por calúnia, difamação ou injúria, sem prejuízo e independentemente da ação penal competente, poderá demandar, no Juízo Civil a reparação do dano moral respondendo por éste o ofensor e, solidariamente, o partido político dêste, quando responsável por ação ou omissão a quem que favorecido pelo crime, haja de qualquer modo contribuído para êle.*

No mesmo sentido, dispõe artigo 23 da Resolução nº 23.610/19 do TSE:

*Art. 23. A pessoa ofendida por calúnia, difamação ou injúria, sem prejuízo e independentemente da ação penal competente, poderá demandar, no juízo cível, a reparação do dano moral, respondendo por este a pessoa que ofende e, solidariamente, o partido político desta, quando responsável por ação ou omissão, e quem quer que, favorecido pelo crime, haja de qualquer modo contribuído para ele (Código Eleitoral, art. 243, § 1º).*



**AGRAVO DE INSTRUMENTO nº. 0093655-55.2022.8.19.0000**

Portanto, o julgamento de pedidos indenizatórios, mesmo que derivados de atos praticados em campanha eleitoral, deve ser realizado pela Justiça Comum.

Assim, resta evidente que a decisão de declínio de competência à Justiça Eleitoral não se sustenta, sendo cabível a sua reforma para que o processo originário continue a tramitar perante o juízo da 5ª Vara Cível da Regional da Leopoldina.

Do exposto, o voto é no sentido de **conhecer o recurso e dar-lhe provimento para reformar da decisão, reconhecendo a competência do Juízo da 5ª Vara Cível da Regional da Leopoldina.**

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2025

**Rogério de Oliveira Souza**  
**Desembargador Relator**

